

ALIMENTAÇÃO *animal*

COMENDADOR LUÍS MARQUES

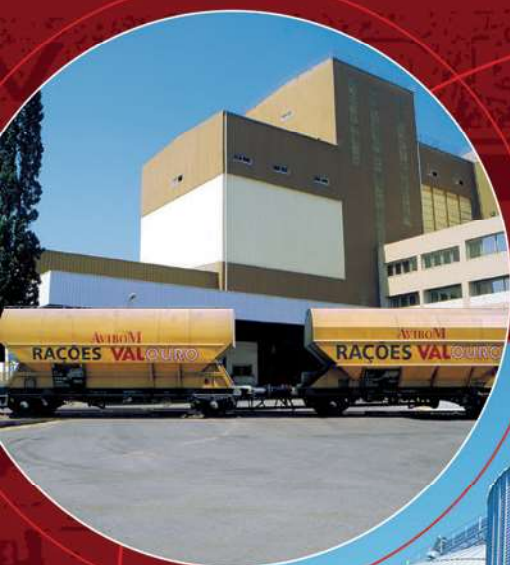
UM HOMEM BOM



MARIA DO CÉU ANTUNES
MINISTRA DA AGRICULTURA

*"O setor da Alimentação Animal
tem impacto relevante
no contexto nacional"*

A qualidade nasce connosco...



Desde o controle das matérias-primas até à obtenção do produto final, a qualidade das Rações Valouro é uma constante.

Os seus programas alimentares são produzidos com o máximo de segurança sanitária porque:

- Dispõe de três linhas de fabrico especializadas, o que impede a existência de contaminações cruzadas.



- Dispõe de um processo de tratamento térmico, apetrechado com uma bateria de 12 granuladoras, adequado aos alimentos compostos, tornando-os isentos de elementos patogénicos.

Estes factores aliados a uma formulação correcta permitem desenvolver rações com elevado valor nutritivo, originando uma maior rendibilidade na performance dos animais,

Finalmente, porque se preocupa em fazer da qualidade um ponto de referência.



Ramalhal (Gare) • Torres Vedras • 2565 - 643 Torres Vedras • Telef.: 261 910 100 • Fax: 261 911 386



RAÇÕES
VALOURO S.A.





José Romão Braz
Presidente da IACA

O FUTURO JÁ COMEÇOU

A conjuntura difícil e desafiante tornou-se um modo de vida e não apenas um momento específico e limitado no tempo. Temos a sensação de estarmos permanentemente a ser postos em causa e a entrar numa espécie de tempestade perfeita para o nosso setor, considerando a conjuntura altista dos preços das matérias-primas nos mercados internacionais, a situação pandémica, a pressão legislativa e o fundamentalismo da agenda ambientalista desfasada da realidade do dia a dia. Contudo há que analisar de forma calma e serena tudo que se passa à nossa volta, pois com sensatez e acima de tudo com base na ciência, certamente que a Indústria dos Alimentos para Animais, a Agropecuária e o Mundo Rural são essenciais aos objetivos da sustentabilidade, equilíbrio e biodiversidade, ao mesmo tempo que asseguramos alimentação para uma população crescente a nível global.

A minha convicção é assente na postura transparente e disponível para o diálogo, com todos os *stakeholders*, que temos assumido, quer a nível nacional e da qual a IACA é reconhecida como um exemplo, quer a nível europeu com a proatividade e relevância da FEFAC. Numa primeira fase (em 2018) com a apresentação dos pilares da Visão 2030, e mais recentemente com o compromisso público da Carta de Sustentabilidade dos Alimentos para Animais 2030, numa resposta aos objetivos do Pacto Ecológico Europeu, a indústria apresentou cinco grandes ambições: alterações climáticas – redução das emissões de GEE através da promoção da utilização de metodologias e bases de dados aprovadas pela UE para a medição da pegada ambiental (PEFCR Feed e Base de Dados GFLI); economia circular – aumento da utilização de coprodutos e alimentos não adequados a humanos; biodiversidade – atualização das orientações da FEFAC para o abastecimento de soja, facilitando a transição para cadeias responsáveis e sem desflorestação; sistemas alimentares sustentáveis – otimização da eficiência dos nutrientes e resistência antimicrobiana – soluções de nutrição animal para apoiar a saúde & bem-estar animal.

A IACA em conjunto com os seus associados, está empenhada em tomar medidas concretas e adequadas à concretização dos já referidos objetivos da Carta de Sustentabilidade: a concretização do FeedInov – o Laboratório Colaborativo para o estudo de estratégias de alimentação inovadoras para uma produção animal sustentável; e a implementação do projeto SANAS - Segurança Alimentar, Nutrição Animal e Sustentabilidade na Região do Alentejo – através do qual nos propomos identificar e caracterizar matérias-primas alternativas e sustentáveis para a alimentação animal, nomeadamente de proteaginosas como a fava, o tremçoço, o grão de bico e a ervilha em variantes não adequadas ao consumo humano, são algumas das respostas em andamento.

Contudo, não nos podemos iludir, a dependência da importação de matérias-primas para a produção de alimentos para animais (cereais e oleaginosas) em Portugal, mesmo com um eventual aumento da produção de cereais e o surgimento de novos ingredientes, continuará a ser uma realidade. À escala da UE-27 a importação de proteína vegetal (essencialmente soja), não se alterará de modo significativo. Assim, podemos questionar se não deveríamos ter uma política proativa de garantir stocks mínimos de segurança, designados stocks estratégicos, que começaria por sabermos quais os reais valores de stocks de milho, trigo, cevada, soja, colza e girassol, entre outros, que dispomos a nível nacional e a nível europeu – podendo a partir destes valores definir valores aceitáveis; outra medida essencial, passa por dar a devida importância e relevância à biotecnologia, colocando de uma vez por todas a ciência em primeiro lugar, e garantindo a aprovação de OGM, após decisão favorável da EFSA, de forma síncrona com o EUA (FDA) e não de decisões políticas a nível de cada estado membro.

Como é possível verificar, apesar da conjuntura difícil que enfrentamos, temos vindo a construir ferramentas que nos ajudarão a ultrapassar de forma satisfatória os desafios que se nos colocam. É com agrado que verificamos que iniciativas como a da “European Livestock Voice” com a apresentação de “Os 9 Paradoxos do Prado ao Prato”, ou a recente criação da plataforma “Mundo Rural, a Agropecuária e a Indústria Agroalimentar”, certamente darão um importante contributo para recentrar a discussão da produção de alimentos, tendo por base as evidências científicas de saber acumulado e instituições que nos merecem o maior respeito e não por grupos ideológicos com agendas demagógicas e que desconhecem a ciência.

É pois, com otimismo realista, que nos devemos posicionar – com o otimismo da certeza que a produção de alimentos continuará a ser estratégica e que se prevê que a população continue a crescer e com o realismo de saber que nas próximas décadas a alimentação registará alterações importantes com o surgimento de novos alimentos e dietas, mas também com a convicção de que nada fazer não é opção, pelo que, cientes e orgulhosos do caminho percorrido nas últimas décadas, só com inovação e colaboração poderemos lutar por garantir um lugar na alimentação do futuro!

Temos a certeza de que onde estiver o Comendador Luis Marques estará orgulhoso da sua IACA, da Indústria e de toda esta estratégia. E essa é a melhor Homenagem que lhe podemos prestar.

ÍNDICE

03	EDITORIAL
04	TEMA DE CAPA
06	ENTREVISTA
12	OPINIÃO
20	INVESTIGAÇÃO
34	IACA Plano de Ação
38	HOMENAGEM
44	SPMA
46	NOTÍCIAS
48	NOTÍCIAS DAS EMPRESAS
50	AGENDA



MINISTRA DA AGRICULTURA MARIA DO CÉU ANTUNES

O primeiro semestre de 2021 traz vários desafios a Portugal, nomeadamente o do liderar os destinos da União Europeia, e especificamente o de fazer chegar à economia real os fundos de recuperação económica, intrinsecamente ligados à sustentabilidade ambiental. Face ao contexto mundial, como prevê que esta medida impacte a agricultura nacional em geral e a indústria agroalimentar portuguesa, em particular?

Nos próximos anos, Portugal poderá aceder a um envelope financeiro sem precedentes em períodos idênticos, que atingirá os 50 mil milhões de euros (M€) em subvenções (a fundo perdido), a que poderão somar-se previsivelmente cerca de 14,2 M€ na modalidade de empréstimos.

No caso particular da agricultura nacional, estão previstos 93 milhões de euros em subvenções, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), para apoio na operacionalização da Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria.

No âmbito do Instrumento de Recuperação "Next Generation", Portugal terá, ainda, 354 milhões de euros a aplicar nos programas de desenvolvimento rural nos anos 2021 e 2022, para apoiar a agricultura numa transição mais verde e mais digital, garantindo, ao mesmo tempo, a sustentabilidade e a competitividade dos nossos agricultores.

O mercado global cresceu significativamente na última década, pelo que não podemos dissociar as políticas europeias e o plano estratégico nacional da realidade dos mercados internacionais. Devemos, antes, apostar numa maior capacidade de autoaprovisionamento num mercado que é global.

Neste momento, um dos principais problemas que se coloca ao setor da Alimentação Animal é a volatilidade nos preços das matérias-primas (cereais, de uma maneira geral e soja e seus derivados). Os aumentos nestas matérias-primas estão na ordem dos 35% a 40% desde agosto. Também a escassez de colza e girassol contribui para que os custos da produção se mantenham em alta ao mesmo tempo

que os preços ao produtor, na generalidade dos produtos pecuários, estão em baixa. Face à previsão de agravamento da situação, pelo menos, durante o primeiro semestre de 2021, e face à relevância desta atividade para a economia nacional e desenvolvimento das zonas rurais, considera a possibilidade de, no quadro da União Europeia e da Presidência portuguesa do Conselho, solicitar ajudas à Comissão Europeia?

Estas situações, para além da informação recolhida a nível nacional, estão a ser acompanhadas em permanência, nomeadamente no quadro dos observatórios de mercado da Comissão Europeia e dos Comitês de Gestão da DG AGRI, e são objeto de comunicações

regulares da Comissão Europeia ao Conselho de Ministros da Agricultura.

Apesar de vermos a situação com preocupação e de considerarmos imprescindível o acompanhamento próximo da evolução, consideramos que é prematuro desencadear os mecanismos europeus de gestão de crises.

"o setor da alimentação animal constitui-se de relevante impacto socioeconómico no contexto nacional, no espaço da UE, bem como a nível mundial."

Os industriais de alimentos compostos para animais têm vindo a manifestar-se a favor da transição para uma economia verde, mas de uma forma mais moderada, sobretudo no que respeita a algumas metas que consideram muito ambiciosas e aspiracionais, no quadro do "Farm to Fork", nomeadamente no que respeita à redução de GEE (55%), utilização de fitofármacos (50% nos pesticidas químicos), fertilizantes (20%), antibióticos e antimicrobianos (50%) e, também, no que concerne ao aumento da agricultura biológica no horizonte 2030 (25%). Qual a sua perspetiva relativamente a estas considerações, sendo certo que a Indústria da Alimentação Animal quer ser parte da solução.

É com muito agrado que constatamos que está a acontecer uma transição voluntária para uma economia verde por parte dos industriais de alimentos compostos. Falamos de objetivos cujo alcance depende de uma ação conjunta e concertada. Também por isso, o Governo aprovou, no passado mês de setembro, a Agenda de Inovação para a Agricultura 2020-2030, com a insígnia Terra Futura, que contribuirá para



os propósitos do Pacto Ecológico Europeu e da estratégia Do Prado ao Prato. Pretende-se alcançar uma agricultura mais inovadora, eficiente e sustentável, que possa contribuir para a promoção do bem-estar e da sustentabilidade da sociedade portuguesa. Neste contexto, estão desde já em curso linhas de ação diretamente vocacionadas para o setor da alimentação animal, nomeadamente no que se refere a medidas para minimizar o impacto ambiental, desenvolver a economia circular e reduzir o desperdício, bem como no que diz respeito à adoção de estratégias para combate à resistência aos antimicrobianos (RAM).

Quanto à questão referente à agricultura biológica, o Governo assumiu um compromisso relativo à definição de uma Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica e à execução de um Plano de Ação para a produção e promoção de produtos agrícolas e géneros alimentícios biológicos. Para o efeito, foi publicada, em 27 de julho de 2017, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 110/2017, que aprova a Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica (ENAB) e o Plano de Ação (PA) para a produção e promoção de produtos agrícolas e géneros alimentícios biológicos.

O PNEC2030 reconhece que o setor agrícola representa unicamente 10% do total das emissões de CO₂ do país. Apesar disto, parte da opinião pública continua a encarar o setor agrícola como um dos maiores responsáveis pelo agravamento do estado do clima, em particular a atividade pecuária. O Ministério do Ambiente e o Ministério da Agricultura poderiam, em conjunto, implementar iniciativas que informassem a sociedade portuguesa sobre a realidade desta situação?

Existe uma desinformação generalizada no que respeita aos impactos ambientais gerados pela agricultura, considerando-se que o setor pecuário é alvo de uma responsabilização que não condiz com a realidade. O setor pecuário tem, nos últimos 50-60 anos, melhorado a sua eficiência de produção e diminuído o seu impacto por unidade de alimento produzido, seja carne, leite ou ovos. É, aliás, o setor que, neste período e atualmente, mais aplica os princípios da reutilização e da economia circular. Por exemplo, grande parte dos coprodutos resultantes das indústrias agroalimentares é utilizada pelos animais, a saber: sêmas de cereais (vulgo farelo), bagaços de oleaginosas, polpas de beterraba e de citrinos, destilados da indústria produtora de biocombustíveis, entre outros. Destacam-se, igualmente, as estratégias de mitigação como a alimentação de precisão, ingredientes dietéticos, gestão de gramíneas e pastagens,

“estão desde já em curso linhas de ação diretamente vocacionadas para o setor da alimentação animal, nomeadamente no que se refere a medidas para minimizar o impacto ambiental (...)”

“Em Portugal (...) as emissões de gases com efeitos de estufa (GEE) na agricultura representam apenas 9,8% das emissões nacionais”

“Estas conclusões devem ser devidamente esclarecidas e divulgadas à sociedade, por forma a minimizar a responsabilização de um setor cujo papel socioeconómico, a nível nacional, comunitário e mundial, é imprescindível.”

proteínas protegidas e fontes de aminoácidos que contribuem para a redução das emissões de CH₄ e NH₃.

Em termos mundiais, e segundo dados bibliográficos, a produção animal é responsável por apenas 14,5% de todos os gases com efeito de estufa de origem antropogénica, valor muito aquém dos registados noutros setores, como é o caso da produção de energia, transportes, manufatura e construção, tratamento de resíduos urbanos. Em Portugal, este valor é ainda mais baixo, pois as emissões de gases com efeitos de estufa (GEE) na agricultura representam apenas

9,8% das emissões nacionais (dados de 2017, em CO₂ equivalente) e o setor animal representa cerca de 80% das emissões da agricultura, incluindo a fermentação entérica, a gestão de efluentes pecuários, a deposição direta de excreta em pastagens e a aplicação de efluentes pecuários nos solos agrícolas. Contudo, por sua vez, o pastoreio reduz

o risco de incêndios e as pastagens, corretamente geridas, contribuem para o incremento do teor de matéria orgânica do solo. Isto é, a relação entre a atividade pecuária e as emissões/remoções de GEE tem de ser abordada numa perspetiva holística.

Estas conclusões devem ser devidamente esclarecidas e divulgadas à sociedade, por forma a minimizar a responsabilização de um setor cujo papel socioeconómico, a nível nacional, comunitário e mundial, é imprescindível.

Uma outra área em que a questão ambiental, aparentemente, interfere com o setor da alimentação animal, é a transposição para a legislação nacional da diretiva comunitária RED II que preconiza a diminuição de utilização de óleos alimentares nos biocombustíveis, ameaçando, assim, as extratoras de sementes de oleaginosas e a disponibilidade de coprodutos para a alimentação animal (bagaços de colza e soja), tal como aconteceu durante o primeiro confinamento de Portugal, colocando em causa a promoção da economia circular que todos desejamos. Os agentes do setor têm vindo a queixar-se da indisponibilidade do Ministério do Ambiente,

que tutela a Energia, para conversar acerca desta matéria. Que papel poderá ter o Ministério da Agricultura na harmonização de posições?

Os subprodutos e derivados de indústrias extratoras de oleaginosas são fundamentais para a alimentação animal, dado o seu contributo nutritivo e aposta na reutilização de produtos que, não tendo outro destino expectável, constituíam resíduos. Representam, assim, um dos principais dinamizadores da economia circular. Acresce o valor

comercial daqueles coprodutos e consequente impacto na rentabilidade das explorações pecuárias, uma vez que a alimentação dos animais são o principal fator de custo das empresas.

Segundo o relatório intercalar sobre as energias renováveis da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões (<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:52019DC0225&from=ES>) e no que aos impactos dos biocombustíveis consumidos na UE diz respeito, é referido que o cultivo das matérias-primas utilizadas na produção dos biocombustíveis na UE pode ter impactos ambientais negativos, que variam em função do local afetado e das práticas agrícolas aplicadas. Contudo, mais se reporta que, nos seus relatórios intercalares, a maioria dos Estados-Membros refere um reduzido cultivo de matérias-primas utilizadas na produção de biocombustíveis, em comparação com a totalidade das atividades agrícolas. E, por esse motivo, considera-se que os impactos ambientais associados são insignificantes. Vários Estados-Membros referiram ainda que toda a produção agrícola está regulada no que respeita aos impactos ambientais e, por conseguinte, consideram que a produção de culturas para biocombustíveis não deverá ter um impacto superior ao impacto da produção de outras culturas.

É importante minimizar os impactos para o setor pecuário decorrentes da diminuição de produção de biocombustíveis para implantação de energia renovável, devendo procurar-se a caracterização do risco relativo às emissões ILUC (Indirect Land Use Change) das fontes de matérias-primas utilizadas na produção de biocombustíveis, a avaliação do potencial daquelas matérias-primas virem a originar alimentos para animais e, consequentemente, a desejada promoção da economia circular e, até, da possibilidade de utilização de outras matérias-primas na produção de biocombustíveis avançados no futuro.

No que respeita ao Plano Europeu da Proteína – que visa colmatar a dependência externa da União Europeia de proteína vegetal, nomeadamente de soja, fomentando a produção de proteaginosas ou outras fontes alternativas (algas, insetos) – que papel pode assumir Portugal? Poderemos liderar este caminho? O território tem condições para tal? Uma vez que esta estratégia implica disponibilidades financeiras, e eventuais alterações ao nível das ajudas ligadas, concorda com a opção, contra a qual os industriais de rações já se manifestaram, de reduzir eventualmente os apoios à bovinicultura para os deslocar para o apoio às proteaginosas?

A elevada dependência da União Europeia, e consequentemente de Portugal, dos mercados estrangeiros, a grande flutuação de preços e a variabilidade na composição das matérias-primas são condicionais com que a indústria dos alimentos compostos se debate constantemente. Na realidade, a autossuficiência, a nível da UE, de proteína vegetal para alimentação animal está condicionada por fatores relacionados não só com a sua importação de países terceiros, mas também com os efeitos das alterações climáticas, como os

decorrentes do aquecimento global e da desertificação, e de questões ambientais associadas à desflorestação, consumo de água e poluição de superfícies aráveis. Neste âmbito, não podemos esquecer, ainda, o debate social relacionado com o recurso a alimentos para animais geneticamente modificados.

A estratégia desenhada pela “Terra Futura”, está em linha com o lançamento do Laboratório Colaborativo FeedInov. Na visão do Ministério da Agricultura que papel pode ter o FeedInov para a sustentabilidade da alimentação animal e da produção pecuária no horizonte 2030?

Desde já importa fomentar as atividades de I&D e de inovação que contribuam para os grandes desafios e objetivos do plano estratégico “Terra Futura”.

Neste contexto, as atividades do Laboratório Colaborativo FeedInov constituem uma importante mais-valia para o setor agropecuário e para a agroindústria nacionais. Assegurando o desenvolvimento de

I&D em áreas cruciais, tais como estratégias inovadoras de alimentação animal e ações destinadas a melhorar a segurança ao longo da cadeia alimentar, mais se permite garantir as condições de competitividade empresarial e do desenvolvimento da base científica e tecnológica nacional para uma estratégia alimentar sustentada na inovação. O Laboratório Colaborativo FeedInov está instalado no Polo de Inovação da Fonte Boa, do INIAV, que integra também o consórcio, e terá um forte contributo para a sustentabilidade do setor, tanto na perspectiva da redução da dependência externa de matérias-primas e na redução dos alimentos compostos para animais, nomeadamente nas áreas da nutrição e alimentação animal, como na promoção da economia circular e na redução da pegada ecológica, contribuindo para a neutralidade carbónica e para a sustentabilidade ambiental.

Assinalamos também a participação, já oficializada, de um representante da DGAV no Conselho Consultivo do Laboratório Colaborativo FeedInov, que é um sinal da desejada cooperação entre os setores público e privado, permitindo enriquecer os objetivos da Agenda de Inovação para a Agricultura 2020-2030 e garantir a defesa dos inte-

“(…) as atividades do Laboratório Colaborativo FeedInov constituem uma importante mais-valia para o setor agropecuário e para a agroindústria nacionais”



B.I.O.lg



Concentrado de Colostro 100% Natural.

Imunidade e Desempenho.

O sistema imunitário dos animais recém-nascidos da maioria da espécie mamífera é transmitido e desenvolvido apenas pelo colostro. O **B.I.O.lg**, um produto concentrado de colostro bovino, consegue fornecer as substâncias bioativas necessárias como as imunoglobulinas e os fatores de crescimento.

Devido à nossa tecnologia avançada, todos os ingredientes são preservados ficando totalmente disponíveis. Cientificamente provado em diversos ensaios clínicos, o **B.I.O.lg ajuda a imunidade e o desempenho dos animais nos primeiros dias de vida.**

Contacte-nos: João Maria Barreto · Technical Sales Manager · +351 910 884 754 · barreto@biochem.net

resses nacionais, sem prejuízo do cumprimento das disposições regulamentares em vigor em matéria de alimentação animal.

Tendo em conta a relevância (re)atribuída ao conhecimento científico e às mais-valias da biotecnologia no desenvolvimento de uma vacina contra o vírus que originou a pandemia que vivemos, considera que as reservas em relação à biotecnologia na agricultura e na produção de alimentos podem vir a alterar-se no curto prazo? Os OGM e as novas técnicas de melhoramento de plantas, nomeadamente as NTG (novas técnicas genómicas) são ferramentas que devemos utilizar na inovação e na sustentabilidade da agricultura nacional?

O consumidor deve estar consciente de que a biotecnologia é uma ferramenta capaz de dar resposta a muitas das nossas necessidades diárias, encontrando-se devidamente implementada em diversas áreas como a da saúde e a do setor alimentar. Assim, é desejável a sua consciente e racional utilização na manutenção da inovação e da sustentabilidade na agricultura. Aliás, a inovação na agricultura é fundamental a todos os níveis, incluindo no domínio do melhoramento de plantas. Defendemos que as novas técnicas de melhoramento devem ser cientificamente avaliadas, podendo trazer oportunidades que não devem ser ignoradas, dado o seu potencial na obtenção de variedades vegetais, desde que consideradas seguras para o ambiente e benéficas para a agricultura e para a sociedade em geral.

Aguardamos, com expectativa, o resultado do estudo realizado pela Comissão Europeia, conforme foi solicitado pelo Conselho da UE, sobre o impacto referente à decisão do Tribunal Judicial Europeu, ao considerar a edição de genes como uma técnica inserida na legislação aplicável aos OGM, e sobre as novas técnicas de melhoramento de plantas. Esperamos que a apresentação deste estudo ocorra durante a Presidência Portuguesa do Conselho e que permita trazer os necessários esclarecimentos e apontar possíveis caminhos que devamos seguir neste domínio.

“Defendemos que as novas técnicas de melhoramento devem ser cientificamente avaliadas (...) dado o seu potencial na obtenção de variedades vegetais, desde que consideradas seguras para o ambiente e benéficas para a agricultura e para a sociedade em geral.”

dos animais vivos, como bovinos e ovinos, tal trata-se de uma mais-valia para a sustentabilidade e desenvolvimento do setor pecuário em Portugal, sobretudo no período de recuperação socioeconómica face aos efeitos da pandemia.

Portugal poderá ter alguma influência na União Europeia relativamente à renegociação de alguns acordos comerciais, nomeadamente na revisão da metodologia de cálculo dos direitos de importação de milho proveniente de países terceiros, na sequência da taxa adicional de 25%, imposta no quadro das tensões comerciais entre a UE e os EUA? Dada a nossa dependência de matérias-primas, nomeadamente de milho, trigo ou soja, é de esperar da Presidência portuguesa um empenho no relançamento das relações transatlânticas e o fim do atual conflito?

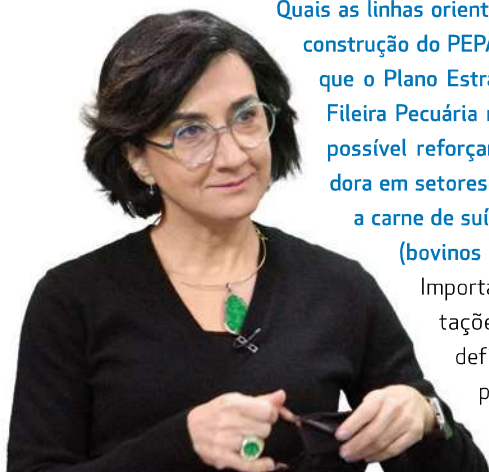
No exercício da Presidência, iremos manter a linha de atuação que tem sido seguida, com monitorização regular e sistemática do mercado dos setores e produtos agroalimentares da UE ao nível do Conselho de Ministros da Agricultura, permitindo, assim, decidir sobre as eventuais necessidades de atuação e de adoção de mecanismos mais adequados, em articulação com a Comissão Europeia. O nosso objetivo passa pelo reforço da cooperação com os EUA, como parceiros no quadro multilateral, visando o alcance de objetivos comuns em matéria de comércio e desenvolvimento.

Tendo em conta uma agenda claramente “animalista” e com ataques sucessivos à atividade pecuária, a produção animal, que tem um peso de 40% na economia agrícola, e as indústrias diretamente envolvidas – alimentação animal, leite e carnes – que representam um volume de negócios de cerca de 45% da indústria agroalimentar nacional são consideradas relevantes e estratégicas para o Ministério da Agricultura?

Segundo os últimos dados estatísticos sobre a importância do setor agropecuário e da indústria dos alimentos compostos para animais, a alimentação animal é reportada, pela FEFAC, como um dos fatores de maior impacto em produção pecuária, tendo representado, em 2019, 57% dos custos em avicultura, 29% dos custos em suinicultura, 11%

Quais as linhas orientadoras que definirão a construção do PEPAC português? Como é que o Plano Estratégico vai impactar a Fileira Pecuária no nosso país? Vai ser possível reforçar a atividade exportadora em setores tão importantes como a carne de suíno ou os animais vivos (bovinos e ovinos)?

Importa realçar que as orientações para a preparação, definição e construção do plano estratégico da Política Agrícola Comum (PAC) em Portugal, e



em bovinicultura e cerca de 24% na produção pecuária de outras espécies animais de criação.

Para a alimentação dos animais de criação produtores de géneros alimentícios foram utilizados, em 2019, na UE-28, segundo a DG AGRI e a FEFAC, cerca de 795 milhões de toneladas de alimentos, distribuídos entre alimentos grosseiros (65%), cereais produzidos a nível da UE (9%), alimentos para animais adquiridos em mercados externos (5%) e alimentos compostos produzidos pelos fabricantes da UE (21%).

Segundo o INE, a indústria dos alimentos compostos para animais representou, em 2018, cerca de 11,0% do valor de negócio da agroindústria nacional, correspondendo a 18,0 % do valor de cerca de 13,67 mil milhões de € referentes a toda a indústria nacional. Por conseguinte, o setor da alimentação animal constitui-se de relevante impacto socioeconómico no contexto nacional, no espaço da UE, bem como a nível mundial.

Pelo exposto, o apoio à viabilidade e dinamização da produção agropecuária e indústrias diretamente envolvidas é essencial para o respetivo tecido socioeconómico nacional.

No final desta legislatura, em que tem existido uma clivagem entre as realidades urbana e rural no que respeita à importância atribuída aos produtores agropecuários e ao

seu papel na sociedade e na economia, como gostaria que estivesse a agricultura em Portugal? Qual a marca que gostaria de deixar enquanto Ministra da Agricultura?

Como já tive oportunidade de referir, recentemente foi apresentada e aprovada a Agenda da Inovação para a Agricultura 20|30, a "Terra Futura". Esta procurará contribuir para a redução da clivagem entre as referidas realidades urbanas e rurais, nomeadamente através da consciencialização dos cidadãos para o papel da alimentação no seu

bem-estar, saúde e sustentabilidade dos sistemas agrícolas, em que incluímos o combate ao desperdício alimentar e a promoção de uma maior adesão à dieta mediterrânica. Simultaneamente, pretendemos revitalizar as zonas rurais e, nesse processo, contribuir para um desenvolvimento mais coeso do território e para uma maior proximidade entre as zonas rurais e os espaços urbanos.

Tal como o propósito da "Terra Futura", gostaria que este mandato fosse sinónimo do reforço do crescimento do setor, de mais inovação, tecnologia e investigação ao serviço das necessidades existentes, de uma aproximação da Agricultura aos mais jovens e de um reconhecimento da sua importância por parte de toda a sociedade. Resumindo: gostaria que pudesse significar mais e melhor futuro para um setor essencial e cuja relevância se faz sentir no dia a dia de todas e de todos.

"(...) gostaria que este mandato fosse sinónimo do reforço do crescimento do setor, de mais inovação, tecnologia e investigação ao serviço das necessidades existentes, de uma aproximação da Agricultura aos mais jovens e de um reconhecimento da sua importância por parte de toda a sociedade."



**Criamos Confiança
We Build Trust**

Há mais de 20 anos na
indústria de alimentos
compostos para animais e pecuária

Tecadi Lda. Rua Conde da Ribeira Grande, Lote 28 - Edifício Tecadi - Zona Industrial
2005-002 Várzea STR - Santarém - Portugal. Tel.: +351 243 329 050 Email: info@tecadi.pt

